



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0001522-57.2016.8.26.0566 - 2015/002608**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de: **CF, OF, IP - 3690/2015 - 5º Distrito Policial de São Carlos,**
 Origem: **1902/2015 - 5º Distrito Policial de São Carlos, 421/2015 - 5º Distrito Policial de São Carlos**
 Réu: **AGNALDO COSTA LOURENÇO**
 Data da Audiência: **13/08/2018**

Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **AGNALDO COSTA LOURENÇO**, realizada no dia 13 de agosto de 2018, sob a presidência do **DR. EDUARDO CEBRIAN ARAUJO REIS**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, acompanhado do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foi inquirida a testemunha **JEDER MICAEL BIAZIN**, sendo realizado o interrogatório do acusado **AGNALDO COSTA LOURENÇO** (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). As partes desistiram da oitiva da vítima, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas, o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais, os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA**: Vistos. **MARCOS DE CAMPOS e AGNALDO COSTA LOURENÇO**, qualificados nos autos, foram denunciados como incurso no artigo 155, §4º, incisos I e IV, do Código Penal, porque, segundo a denúncia, no dia 30 de outubro de 2015, por volta das 16h30min, no interior de um barracão localizado na Avenida Ítalo Paino, número 620, Vila Parque Industrial, nesta cidade e comarca, agindo em concurso de agentes e unidade de propósitos, mediante rompimento de obstáculos, subtraíram, para eles, uma caixa de tomadas, fios elétricos, um bocal de lâmpada, uma torneira usada e um revólver para pintura, avaliados em R\$41,50, bens pertencentes a *José Sardelli*. Apurou-se que, após os denunciados confabularem a prática delitiva, aproveitaram-se da ausência de pessoas no imóvel, arrombaram uma das portas de acesso e subtraíram os bens acima mencionados, evadindo-se em seguida na posse da “res furtiva”. Policiais militares, após acionamento pelo Copom, lograram surpreender os denunciados nas proximidades do imóvel, transportando a “res”, que estava no interior de uma mochila carregada por Agnaldo. A denúncia foi recebida em 18 de novembro de 2015 (fls. 130/131). O presente feito foi desmembrado do original, prosseguindo em relação ao réu **AGNALDO** (fl. 207). Foi determinada a citação por edital e revogada a liberdade provisória do acusado (fls. 208). Houve a suspensão do processo nos termos do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

artigo 366, do Código de Processo Penal (fl. 255). Localizado, o réu foi pessoalmente citado (fl. 285) e apresentou resposta à acusação (fls. 293/294). Revogada a suspensão do processo e designada audiência de instrução, debates e julgamento para esta data (fls. 300/301). Nesta solenidade, procedeu-se à oitiva de uma testemunha, interrogando-se, ao final, o réu. Realizados os debates orais, o Ministério Público requereu a condenação nos termos da denúncia. A Defensoria Pública, por sua vez, pugnou a concessão de benefícios na aplicação da pena. **É o Relatório. Decido.** A materialidade está demonstrada pelo auto de exibição, apreensão e entrega de fls. 23, pelo auto de avaliação de fls. 125, pelo laudo do local de fls. 320/321 e prova oral produzida. A autoria também é certa. Interrogado na presente audiência, o réu admitiu que, atuando com “animus furandi” e em concurso com o codenunciado, ingressou no barracão e apoderou-se da “res”, havendo sido abordado, na sequência, pela polícia militar. Asseverou, contudo, que o imóvel já estava destrancado, de modo que não promoveu o rompimento de obstáculo. A confissão harmoniza-se com os elementos de prova amealhados. Em sede extrajudicial, a vítima José Sardelli reconheceu como sendo de sua propriedade os bens recuperados pela polícia militar (fls. 11). Em contraditório, o policial militar Jeder Micael Biazin, ouvido na presente audiência, narrou que recebeu a informação de que dois rapazes promoviam o furto em um barracão. Dirigiu-se até o local e, nas proximidades, abordou o acusado portando uma mochila, no interior da qual havia revólver de pintura, fios e outros itens, os quais foram reconhecidos pelo ofendido. Não há dúvidas, pois, de que o denunciado, em concurso de agentes, promoveu a subtração incriminada. De outra parte, não restou caracterizado que, a fim de realizar o seu intento, o denunciado tenha promovido o rompimento de obstáculo, consistente em rompimento de cadeado. Malgrado o teor do laudo pericial de fls.320/321, não há elementos suficientes a infirmar a versão do acusado de que o imóvel estava aberto, possibilitando livre acesso. Registre-se que a incidência da qualificadora pressuporia a demonstração de que houve rompimento de obstáculo exterior à coisa subtraída, circunstância que não se extrai da prova oral produzida. Observa-se que o delito atingiu a consumação, uma vez que de acordo com a prova testemunhal, o acusado dispôs da posse desvigiada dos bens furtados, porquanto abordado a certa distância do local dos fatos. Constato que o acusado é primário e que, conforme auto de avaliação de fls.125, a coisa subtraída é de pequeno valor, devendo incidir a causa de diminuição do artigo 155, §2º, do Código Penal, em consonância com a Súmula 511 do STJ. **Passo a dosar a pena.** Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal, em 02 (dois) anos de reclusão e no pagamento de 10 (dez) dias-multa. Tratando-se de furto privilegiado, reduzo a pena em 2/3 (dois terços), perfazendo-se o total de 08 (oito) meses de reclusão e 03 (três) dias-multa. Inadequada a aplicação de pena exclusiva de multa, haja vista a reprovabilidade em concreto da conduta, consistente na prática de crime qualificado, com o propósito de aquisição de entorpecentes, a demandar resposta penal diversa da destinada à figura simples, em apreço ao princípio da individualização da pena. Torno definitiva a reprimenda imposta, pois não há outras circunstâncias que ensejem a exasperação ou abrandamento. Fixo multa mínima em razão da capacidade econômica do autor da conduta. Com fundamento no artigo 33, §2º, “c”, do Código Penal, estabeleço regime aberto para o cumprimento da pena privativa de liberdade. **Condeno**, pois, o réu **AGNALDO COSTA LOURENÇO** como incurso no artigo 155, parágrafo 2º e parágrafo 4º, inciso IV, do Código Penal, à pena de **08 (oito) meses de reclusão**,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

em regime aberto, e ao pagamento de **03 (três) dias-multa**, na forma especificada. Presentes os requisitos do artigo 44 do Código Penal, **substituo** a pena privativa de liberdade por uma de prestação de serviços à comunidade durante o período da condenação. Autoriza-se recurso em liberdade por este processo. Não há custas nesta fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **EDUARDO CEBRIAN ARAUJO REIS**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: